



## Organizações no Antropoceno: Um Diálogo entre as Práticas Organizativas e a Etnografia Multiespécies

*Organizations in the Anthropocene: A dialogue between organizing practices and multispecies ethnography*

*Organizaciones en el Antropoceno: Un diálogo entre prácticas organizativas y etnografía multiespecies*

Valdir Costa Junior<sup>1</sup>  
Josiane Silva de Oliveira<sup>2</sup>

### Resumo

O objetivo deste artigo teórico é pensarmos como as organizações podem ser compreendidas no Antropoceno a partir de práticas organizativas. Propomos um deslocamento ontológico e epistemológico, sendo necessário um olhar crítico e político acerca do Antropoceno, rompendo com o dualismo entre humanidade e natureza. Para tanto, como forma de diminuir a lacuna teórica presente nas práticas organizativas de Theodore Schatzki, trazemos os animais não humanos para a discussão. Além disso, propomos que a etnografia multiespécies seja uma metodologia efetiva para mediar a lacuna teórica e metodológica das relações sociais de atores humanos e não humanos, inclusive, em processos e cotidianos organizacionais. Esse diálogo entre o Antropoceno e as organizações, é possível pensarmos que as organizações “acontecem” para além do humano, assim como outros organismos também se organizam e possuem lugar nos processos organizativos. Consideramos que a humanidade não faz parte da natureza, mas é natureza, assim como as próprias organizações. Deste modo, práticas organizacionais que sejam centradas no humano acabam por apresentar uma compreensão limitada de nossa realidade social.



**Palavras-chaves:** Antropoceno; Etnografia; Etnografia Multiespécies; práticas organizativas; não humanos.



### Abstract

*This theoretical paper aims to help us think about organizations in the Anthropocene from organizing practices. We propose an ontological and epistemological shift, which means looking at the Anthropocene critically and politically to evade the dualism between humanity and nature. Therefore, to reduce the theoretical gap present in Theodore Schatzki's organizing practices, we bring non-human animals to the discussion. Furthermore, we propose that multispecies ethnography be an effective methodology to mediate the theoretical and methodological gap in the social relations of human and non-human actors, including in organizing processes and everyday life. This dialogue between the Anthropocene and organizations allows us to think that organizations “happen” beyond humans; since other organisms are also organizing and have a place in organizational processes. We consider that humanity is not part of nature, but is nature itself, as well as organizations. Thus, human-centered organizing practices present a limited understanding of our social reality.*

**Keywords:** Anthropocene; Ethnography; Multispecies Ethnography; organizing practices; non-humans.

---

1   Doutorando em Administração pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) na linha de pesquisa: Estudos Organizacionais e Sociedade. Mestre pela mesma instituição e linha de pesquisa. Trabalho minhas pesquisas sob os Estudos Baseados em Práticas (EBP), em especial sobre as práticas cotidianas de Michel de Certeau e de práticas sociais de Theodore Schatzki. De forma metodológica, trabalho com a etnografia. Sou formado pela UEM em Secretariado Executivo Trilíngue, falo e escrevo inglês fluentemente, além de ter um nível intermediário de espanhol e básico de francês.

2   Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGA/UFRGS) com estágio doutoral realizado na Université du Québec/Canadá e estágio de pós-doutorado em Administração de Empresas/Estudos Organizacionais realizado na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV). Minha atuação tem se concentrado no campo dos Estudos Organizacionais e do Direito com foco nos Estudos Baseados em Práticas, Etnografias, Gênero, Relações Raciais, Políticas Públicas, Tecnologias e Ações Afirmativas.

## Resumen

*El propósito de este artículo teórico es pensar cómo las organizaciones pueden ser entendidas en el Antropoceno desde las prácticas organizativas. Proponemos un cambio ontológico y epistemológico, que exige una evaluación crítica y política al Antropoceno, rompiendo con el dualismo entre humanidad y naturaleza. Por lo tanto, como una forma de reducir la brecha teórica presente en las prácticas organizativas de Theodore Schatzki, traemos a la discusión animales no humanos. Además, proponemos que la etnografía multiespecies sea una metodología eficaz para mediar la brecha teórica y metodológica en las relaciones sociales de los actores humanos y no humanos, incluso en los procesos organizativos y en la vida cotidiana. Este diálogo entre el Antropoceno y las organizaciones nos permite pensar que las organizaciones “suceden” más allá de lo humano, así como otros organismos también se organizan y tienen un lugar en los procesos organizativos. Consideramos que la humanidad no es parte de la naturaleza, sino que es la naturaleza, así como las organizaciones. Así, las prácticas organizativas centradas en el ser humano terminan presentando una comprensión limitada de nuestra realidad social.*

**Palabras clave:** Antropoceno; Etnografía; Etnografía Multiespecies; prácticas organizativas; no humanos.

A pandemia de coronavírus disseminada pelo novo COVID-19, SARS-CoV-2, tem colocado em discussão as limitações sociohistóricas que a humanidade tem estabelecido para a convivência com outras existências que não sejam as humanas, colocando, assim, em discussão o conceito e noção de *Antropoceno*. De acordo com Crist (2013), devemos abordar esse tema com cuidado e ceticismo, pois o Antropoceno, ao conceber o ser humano como uma força geológica e morfológica, exclui as forças da natureza e os seres não humanos de suas discussões.

Neste sentido, Tsing (2017, p. 228) define o Antropoceno como “uma época em que a habitabilidade de múltiplas espécies passou a ser ameaçada”. Embora novas pesquisas, conforme aponta Kirksey (2020), apontam que a disseminação pandêmica do novo coronavírus tenha pouca ou nenhuma relação com o consumo de animais exóticos na China, como os morcegos e pangolim, uma coisa é eminente: a relação social multiespécies. Desta forma, propomos expandir a gama de estudos que questionam a excepcionalidade humana para dentro dos Estudos Organizacionais (EOR).

Estudos que abordam os conceitos de Antropoceno e de relações multiespécies são mais predominantes em áreas da Antropologia (Tsing, 2012, 2017) e Ciências Biológicas (Haraway, 2008, 2016a, 2016b). No entanto, há recentemente um movimento na área de Administração, em especial nos EOR, no sentido de compreender as possibilidades de nos organizarmos coletivamente para além da lógica de dominação que caracterizou as relações entre cultura e natureza, entre humanos e não humanos. Especificamente, algumas pesquisas têm destacado como os Estudos Baseados em Práticas (EBP) podem contribuir para essa discussão, e é a partir desse campo de conhecimento que este artigo teórico se insere.

Com base nessa perspectiva, assumimos a concepção de que nosso mundo social é formado e constituído a partir de práticas. De acordo com Feldman e Orlikowski (2011), este entendimento requer uma abordagem filosófica, que tem ganhado notoriedade nos EOR desde a virada da prática no início dos anos 2000. A partir dessa virada, teóricos de práticas passaram a se preocupar com a razão, funcionalidade, meios e como essas atividades eram realizadas, além de analisar o contexto social que elas estavam inseridas (Bispo, 2015; Schatzki, 2002). As práticas, portanto, são produtoras da vida social, possuindo um papel único e desdobrando-se de diferentes formas (Feldman & Orlikowski, 2011).

Os EBP possuem diferentes proposições teóricas (Ortner, 2006; Reckwitz, 2002; Schatzki, 2002). Para a reflexão teórica, baseamo-nos nas proposições de Theodore Schatzki (1996, 2002, 2019), que compreende as práticas como fazeres e dizeres corporais organizadas por fenômenos como entendimentos, regras e estruturas teleoafetivas. Nos EOR, o referido autor tem sido analisado teoricamente e epistemologicamente como forma de contribuição às análises de práticas organizativas e como elas formam diferentes tipos de organizações (Júlio, 2016; Oliveira et al., 2016; Passos & Bulgacov, 2019; Santos & Silveira, 2015).

No entanto, há uma lacuna teórica e, conseqüentemente, metodológica na concepção e atuação de atores não humanos na teoria de práticas sociais de Schatzki, visto que o autor entende as práticas como atividades *humanas* organizadas (Schatzki, 2002, 2019). Essa lacuna reforça a ideia de que os animais não humanos, por exemplo, são frequentemente tratados como objetos a partir de propósitos humanos, conforme pontuaram Law e Lien (2013). Portanto, é necessário romper com essa dicotomia, ou seja, precisamos romper com a ideia antropocêntrica de que apenas os humanos trabalham e se organizam (Sayers, Hamilton & Sang, 2019).

Nos EOR, há recentes estudos que trazem os animais para a discussão das organizações e processos organizativos, conforme as edições especiais dos periódicos *Organization* e *Culture and Organization*<sup>1</sup>, porém ainda fazemos um questionamento: *como as práticas organizativas de humanos e não humanos se articulam na constituição das organizações?* Diante disso, entendemos ser necessário e relevante discutir o papel dos animais não humanos em práticas e processo organizativos, expandindo, assim, a discussão nos EOR sobre a importância dos atores não humanos para o cotidiano organizacional, aumentando as possibilidades das análises organizacionais baseadas em

práticas. Assim, o objetivo deste artigo é pensarmos como as organizações podem ser compreendidas no Antropoceno a partir de práticas organizativas. Consideramos que ao discutirmos que natureza e cultura não estabelecem uma relação binária ou de complementariedade, isso também deve ser considerado em termos metodológicos para o desenvolvimento do potencial analítico desta discussão.

Portanto, é preciso romper com o pressuposto da relação de externalidade estabelecida na prática de pesquisa, considerando que humanos não fazem parte da natureza, mas são natureza. Isso implica uma mudança ontológica de concepção de mundo e a transformação das nossas formas de produção da realidade, visto que se vivemos em uma sociedade pautada em dualismos que constituem desigualdades (feminino e masculino, brancos e não brancos, humano e natureza, por exemplo) é porque considera-se o “outro” como sendo constitutivamente distinto de nós (Collins, 2016), o que justificaria as relações de dominação, exploração e subordinação, portanto nos colocando o desafio de um debate ontológico em nossa produção científica no sentido de avançar em práticas que efetivamente coadunem com a construção de pressupostos não duais e hierárquicos de construção da realidade.

Na academia científica um dos efeitos destas reflexões é repensar os modos de se fazer pesquisa. Isso porque deslocar um debate epistemológico que não reflita sobre nossas práticas de produção de conhecimento, enfaticamente no que se refere a como nos articulamos com os campos de pesquisa, também é uma forma de se manter dualidades que historicamente constituem o que denominamos de natureza e cultura. Partindo deste lugar, nesse estudo, propomos que a etnografia multiespécies é uma possibilidade metodológica que nos permite produzir conhecimento para além das formas de compreensão dual e hierárquica da realidade. O que afirmamos aqui é que o deslocamento ontológico dos debates sobre natureza e cultura, humanos e não humanos, nas análises organizacionais pressupõe, também, deslocamentos metodológicos de sua constituição. Apesar de no campo dos Estudos Organizacionais brasileiros essas discussões estarem sendo estabelecidas a partir de diferentes perspectivas teóricas (Fantinel, 2023; Figueiredo, Marquesan & Imas, 2020), nesse texto, pretendemos fazer um debate que tenha a dimensão metodológica como foco destas discussões e a prática como conceito-chave para a elaboração destas sistematizações teóricas. Com efeito, nossa proposta é discutir a etnografia multiespécie como uma das possibilidades de articulação entre o campo dos estudos baseados em práticas, a partir da abordagem de Schatzki (2002) e do Antropoceno, para desenvolver possibilidades de análises organizacionais.

Para isso, este artigo está estruturado em quatro seções, além da introdução. Apresentamos a seguir o conceito do Antropoceno a partir de um olhar crítico e político e as implicações que isso pode trazer para os EOR, em seguida fazemos uma breve apresentação do conceito de práticas a partir de Schatzki, e logo apontamos caminhos de como a etnografia multiespécies pode contribuir para os estudos das organizações, bem como algumas considerações reflexivas sobre as possibilidades de análises organizacionais.

## **Antropoceno: O humano acima de tudo**

O termo *Antropoceno* foi promulgado e amplamente divulgado por Paul Crutzen (2000, 2002), que acredita estarmos numa nova era geológica, a era do humano. Essa nova era, conforme aponta Crist (2013), coloca o ser humano na centralidade das mudanças geológicas e morfológicas que acontecem no planeta. De acordo com Moore (2016), o Antropoceno possui duas vertentes, uma mais ampla que transcende o campo acadêmico, a qual permite que realizemos debates acerca do papel humano na teia da vida, ou seja, um fenômeno cultural; e outra em forma analítica que busca respostas no registro estratigráfico, ou seja, “como os humanos fazem a natureza, como a natureza faz os humanos e como essa relação molda o longo prazo da história humana?” (Moore, 2016, p. 80).

No entanto, segundo o autor, o conceito analítico do Antropoceno não dá conta de responder efetivamente a essas perguntas, pois partem de um pressuposto binário entre humanidade e natureza. Dessa forma, ao concordamos com o referido autor, apresentamos o conceito do Antropoceno de uma forma crítica, ou seja, enxergando que nele há uma dicotomia entre ser humano e natureza que deve ser repensado. Portanto, concordamos com Haraway (2016b) ao entender que há diversos processos antropogênicos que tiveram efeitos no planeta.

Apontam-se mudanças antropogênicas desde o final do século XVIII com a chegada da máquina a vapor e com o impacto no ar, água e solo do uso de carvão como fonte de energia, conforme a referida autora. Essas mudanças, segue Haraway (2016b), tiveram impacto no aquecimento dos oceanos, destruição de sistemas de corais, entre outros impactos ambientais, como mais recentemente, por exemplo, a agricultura mecanizada. No entanto, devemos ter em mente que:

A questão constante ao considerar os fenômenos sistêmicos tem que ser, quando as mudanças em grau se tornam mudanças em tipo, e quais são os efeitos das pessoas (não o Homem) situadas bioculturalmente, biotecnicamente, biopoliticamente, historicamente em relação a, e combinadas com os efeitos de outras associações de espécies e outras forças bióticas/abióticas? Nenhuma espécie, nem mesmo a nossa própria arrogante que finge ser bons indivíduos nas chamadas escritas ocidentais modernas, age sozinha; conjuntos de espécies orgânicas e de atores abióticos fazem história, o tipo evolucionário e os outros tipos também. (Haraway, 2016b, p. 99-100).

Logo, o Antropoceno, na visão de Haraway (2016b), é uma forma política de tentar falar, teorizar e gerenciar a globalização, configura-se como uma armadilha que conta uma história que vai acabar mal. É necessário repensar o aparato social dessa chamada era do homem que é fundada de forma individualista, utilitária e burocrática, segundo a autora. Além disso, “o Antropoceno é um termo mais facilmente significativo e utilizável por intelectuais em classes e regiões ricas; não é um termo idiomático para clima, tempo, terra, cuidado com o país ou muito mais em grandes áreas do mundo, especialmente, mas não apenas entre os povos indígenas” (Haraway, 2016b, p. 49).

Em relação à essa última colocação de Haraway, já há um movimento existente na academia para ir além do Antropoceno, criando-se novas nomenclaturas, como, por exemplo, o *Capitaloceno*<sup>2</sup> – que coloca o capitalismo como centro dessas mudanças. No entanto, seguimos com o conceito de Antropoceno neste artigo, pois acreditamos ser necessário destrinchar algumas coisas ainda. Um dos pontos que tem sido discutido é em relação à raça. Conforme aponta Erickson (2018), esse conceito é enraizado em uma branquitude colonialista, deixando de fora o Outro, não branco, que não se enquadra nessa hegemonia. Ao discutirmos o Antropoceno de modo generalista ou, até mesmo, universalista, sem delimitar, caracterizar e nomear quem é esse humano que se coloca como centralidade de referência da existência no mundo estamos silenciando quem é esse sujeito. Com efeito, esse processo analítico corrobora para a produção e reprodução de desigualdades estruturais racistas na sociedade capitalista, pois, assim como os estudos críticos da raça nos informam (Schucman, 2018), o homem branco continua no lugar de um sujeito oculto destas relações. Sendo assim, a crítica apresentada por Erickson (2018) é instigante no sentido dos riscos de os debates no campo do Antropoceno se coadunarem com uma discussão na qual o sujeito da crítica, o homem branco, seja ocultado dessas análises e a branquitude como sistema de poder imbricado nesse processo desconsiderado como elemento estrutural e essencial do desenvolvimento do conceito de Antropoceno. A reflexão que poderia se ter é: sem considerar os debates sobre raça, o campo do Antropoceno seria mais um campo de reprodução do pensamento da branquitude como sistema de poder que oculta o sujeito branco como agente de processos de exploração da natureza? Essa é uma lacuna de pesquisa que, no Brasil, ainda precisa ser desenvolvida.

Deste modo, categorias sociais que historicamente têm sido utilizadas para a compreensão da sociedade e que, por vezes, são deslocadas do debate sobre o humano e natureza são enfatizadas nessa discussão. Essa reflexão de Erickson (2018), por exemplo, nos remetem às contribuições de Fanon (2020) quando afirma que o branco, ao inventar o termo negro, retira a condição de humano do segundo o colocando na condição de natureza. Sendo assim, é possível compreender como os debates raciais podem contribuir para as discussões do Antropoceno.

Nessa mesma percepção, Simpson (2018) debate o Antropoceno como sendo um discurso colonial eurocêntrico a partir de três características básicas. A primeira diz respeito à narrativa da gradual progressão humana em diferentes estágios de avanço e desenvolvimento, progressão essa que considera uma mudança do ser humano “selvagem” para uma cultura moderna, ou seja, deixando margem para entendimento que o ser humano pode ser considerado mais ou menos avançado ou desenvolvido do que outros (Simpson, 2018), reforçando a dimensão colonial que pode se fazer presentes nos debates no campo científico do Antropoceno quando realizados a partir de uma debate ortodoxo e conservador.

A segunda característica antropocêntrica, conforme aponta o autor, é a superação humana em relação à natureza, como se nós não fizéssemos mais parte dela. Assim, pessoas em uma cultura considerada moderna e avançada são consideradas humanas, enquanto aquelas que possuem maior conexão com a natureza ainda são consideradas como “selvagens” (Simpson, 2018). Nesse ponto, concordamos novamente com Haraway (2016b) ao enxergar a exclusão que o campo científico do Antropoceno faz com povos indígenas, originários e nativos que não estão inseridos na mesma mentalidade das culturas europeias ocidentais. Por terem outra dimensão ontológica de relação com a natureza, que não a externalidade, povos indígenas, originários e nativos têm sua produção de conhecimento não reconhecida como produção científica. Um exemplo disso, a partir do contexto nacional, é ainda a pouca incorporação das produções científicas de autores como Ailton Krenak ou Nêgo Bispo nos Estudos Organizacionais brasileiros que, justamente por não terem origem anglo-saxã, ainda são autorias mais desconhecidas para a realização de análises organizacionais no campo do Antropoceno do que autorias internacionais da Europa Ocidental. Ainda de acordo com Simpson (2018), essa segunda característica exibe uma certa dominância do homem sobre a natureza e ao ser pensada a partir do processo colonial se torna ainda mais evidente a necessidade de o próprio campo do Antropoceno discutir quem são os “antropos” do “ceno”, conforme salientamos anteriormente nesse texto em relação aos debates sobre racismo e o homem branco como sujeito oculto nessas teorizações.

A terceira característica, segundo Simpson (2018), possui um caráter teológico, ou seja, a era do homem nos aproximaria de Deus e da luz, promovendo um maior estado de consciência. Assim, a maior crítica ao Antropoceno é em relação ao *anthropos*, ao *homem*, como única causa e força maior na natureza (Haraway, 2016b; Simpson, 2018). Nesse sentido, excluem-se outras formas de vida além da humana, bem como Outros além do próprio homem – homem esse que é majoritariamente branco e europeu.

Dessa forma, ao abordarmos o Antropoceno é preciso ter em conta que estamos tomando posições ontológicas e epistemológicas distintas. Ontologicamente compreendemos que o mundo não deve ser dualístico, ou seja, não devemos continuar propagando a segregação da humanidade com a natureza; epistemologicamente compreendemos ser necessária uma mudança na forma de fazer conhecimento, ou seja, formas metodológicas e teóricas a fim de

compreender o Outro. Mas, afinal, o que esse debate implica para os EOR? De acordo com Wright et al. (2018), os diferentes entendimentos e críticas sobre o Antropoceno permite-nos abordar esse tema de diferentes maneiras, segundo os autores podemos organizarmo-nos no Antropoceno de maneira econômica, tecnológica, política ou cultural.

Indo nessa direção, nesse artigo focamos na maneira política de organização, ou seja, a partir da compreensão e entendimento ontológico de outras formas de vida além da humana como seres organizativos (Wright et al., 2018). A partir disso, podemos trazer para a discussão dos EOR novas formas de organizações sociais, e, acima de tudo, reaproximar e incluir a natureza nos estudos das organizações e no próprio conceito de Antropoceno. Para tanto, na próxima seção apresentamos como as práticas organizativas, a partir dos conceitos de Theodore Schatzki, possuem uma lacuna teórica por não compreenderem a relação entre humanos e não humanos, e como recentes estudos na Administração têm tentado suprir tal lacuna.

### Schatzki: práticas, agência e não humanos

Para Schatzki (2016, 2019), a realidade social é constituída por um *plenum* das práticas, que é formado por um emaranhando de práticas e arranjos materiais que formam diferentes grupos que se conectam, formando, assim, constelações de práticas. As práticas são um conjunto de atividades humanas organizadas por quatro fenômenos: entendimentos práticos, entendimentos gerais, regras e estruturas teleoafetivas. As práticas são fazeres e dizeres que perpassam por nosso corpo, interligando-se por arranjos materiais, conforme o referido autor. É importante ressaltar que os arranjos materiais se referem aos artefatos, objetos e organismos não humanos (Schatzki, 2002, 2019).

Os entendimentos práticos referem-se à compreensão de como realizar determinada prática, já os entendimentos gerais referem-se ao que envolve e constitui as práticas. As regras, por sua vez, são explicações explícitas do que deve ser dito e/ou feito, podendo ser seguidas ou quebradas pelas pessoas. Por fim, as estruturas teleoafetivas são um conjunto organizado de “fins” para as práticas, ou seja, o porquê de realizar determinada prática, considerando, inclusive, as emoções (Schatzki, 1996, 2002, 2019). Nesse contexto, os fenômenos sociais são apenas uma parte deste *plenum*, concebendo-se uma ontologia plana para o entendimento das práticas (Schatzki, 2019).

Em termos organizacionais, segundo Schatzki (2006), as organizações fazem parte da realidade social, portanto, formadas a partir de práticas. Desta forma, as organizações “acontecem” a partir de diferentes nexos de práticas e arranjos materiais, segundo o autor. Júlio (2016) fez essa discussão ao compreender as escolas de sambas como fenômenos sociais que acontecem a partir dos quatro fenômenos propostos por Schatzki. Para a referida autora, o acontecimento das escolas de sambas é organizado por práticas organizativas cotidianas que vão além de um “[...] nexo de práticas organizadas e de arranjos materiais, mas também, e ao mesmo tempo, um nexo recursivo de suas ações passadas, presentes e futuras” (Júlio, 2016, p. 158). Desta forma, as práticas devem ser compreendidas a partir de seu contexto histórico e social, não considerando apenas o presente em suas análises (Júlio, 2016; Schatzki, 2002).

Contudo, Tureta e Alcadipani (2009) apontaram a fixação dos EBP com a agência humana, advogando ser necessário olhar para os agentes e sujeitos não humanos presentes nas organizações e processos organizativos. Novamente, destacamos que, apesar da necessária crítica, a ênfase na agência humana, o humano ainda permanece como sendo um sujeito oculto, conforme destaca Schucman (2018). Neste sentido, Schatzki (2019) evidencia que os atores não humanos, em específico os animais, não são meramente entidades materiais, fazendo diferença nos grupos de práticas, diferença essa que pode variar de animal para animal.

De acordo com o autor:

[Seres] humanos possuem inúmeras relações com estes organismos [não humanos] surgindo a partir, dentre outras coisas, do que as pessoas fazem, do que essas outras formas de vida fazem, e das relações espaciais e processos que resultam ou surjam de interseções e interações de humanos e não humanos. (Schatzki, 2019, p. 57).

Os animais não humanos estão em constante interação uns com os outros e com os humanos, em especial os animais de estimação, devido à diferente interação e aceitação social deles em nosso cotidiano (Schatzki, 2019). No entanto, esta temática não é explorada por Schatzki. O autor deixa evidente que sua agenda de pesquisa se baseia nas práticas sociais de seres humanos. Neste sentido, concordamos com a postulação de Santos e Silveira (2015, p. 90) de que “a centralidade de alguns objetos ou elementos não humanos na prática é tão importante que sua ausência pode suspender e até inviabilizar a realização dela”.

Nesse sentido, O’Doherty (2016), por meio da etnografia, estudou o aparecimento de Olly, uma gata, em um aeroporto internacional do Reino Unido. Segundo o autor, a gata não pode ser reduzida a um objeto ou algo disponível à intencionalidade humana, muito pelo contrário. Olly tem uma vida própria que impacta na gestão e organização do aeroporto. A gata é vista pelos funcionários do aeroporto como um ator não humano com vontades e ações próprias, ou seja, indo além de um símbolo organizacional do qual o aeroporto aproveita para se promover (O’Doherty, 2016). A partir disso, o autor defende uma política felina, ou seja, um chamado para outras formas e modos de se organizar o qual compreende atores não humanos.

Deste modo, se na primeira seção deste trabalho mobilizamos teoricamente campo do Antropoceno para apresentar questões sobre a centralidade no humano nas análises organizacionais, aqui avançamos no sentido

de deslocar reflexões sobre a presença de não humanos nas organizações a partir das práticas. Se as práticas implicam uma dimensão de agência, ao refletirmos sobre esse entendimento de agência no contexto das críticas apresentadas no campo do Antropoceno sobre a centralidade de um humano, que se configura como um sujeito oculto nestes debates, é possível compreender que os não humanos não são apenas ocultados como sujeitos, mas desconsiderados a partir de suas possibilidades de existência enquanto interventores no mundo.

Por isso, as discussões de O'Doherty (2016) se tornam importantes nessa discussão ao evidenciar como não humanos, especialmente outros animais que não os seres humanos, se colocam no mundo de forma política, ou seja, afastando a passividade como sendo uma condição de existência destes animais. Uma importante questão que se coloca é: como apreender essa relação de não humanos, especialmente animais não humanos, no mundo de forma a produzir conhecimento para as análises organizacionais?

A partir dos debates sobre o conceito de práticas apresentados por Schatzki (2002) consideramos que esse conceito pode ser uma das chaves-teóricas para as respostas a estes questionamentos. Isso porque discutirmos práticas é discutirmos as relações tecidas no mundo em seus campos de possibilidades de diferentes existências, o que inclui as políticas de existências de não humanos, especialmente outros animais que não os humanos, conforme discutido por O'Doherty (2016). A questão que se coloca é como operacionalizar esse entendimento de que há possibilidade de pesquisar práticas a partir dos debates propostos no campo teórico do Antropoceno. Os métodos de pesquisa como estão sistematizados hoje teriam elementos técnicos suficientes para produzir essa apreensão? Como isso seria possível?

Assim, compreendemos que uma abordagem crítica e política ao Antropoceno requer que pensemos de forma ontológica a descentralização do ser humano e seu papel nas organizações. Essas reflexões nos levam a questionar, inclusive, o próprio conceito de organização. Se historicamente, nos Estudos Organizacionais, a organização, como processo ou ente, pressupõe a participação humana, nessa perspectiva ela já não possui centralidade. A organização passa a ser considerada uma tessitura de relações entre diferentes existências na qual o humano pode se configurar como uma delas. Outro elemento importante a se considerar é a questão da agência. Nessa concepção de organização, agência é um pressuposto cultural no qual cabe somente aos humanos, mas um elemento da condição de existência em suas diferentes formas. O terceiro elemento que destacamos nessas análises é que as organizações são natureza, além de cultura. Portanto, é preciso refletir sobre como são tecidas as relações dos processos organizacionais com outras formas de existências, além da humana.

Outra implicação referente a essa discussão é em relação aos métodos de pesquisa. Se o pressuposto da relação de externalidade entre humano e natureza já não se constitui no plano teórico, em termos metodológicos esse pressuposto também não se torna mais base de realização de estudos. Desta forma, na próxima seção apresentamos como a etnografia multiespécies promove esse deslocamento ontológico e epistemológico na maneira de realizarmos pesquisas.

## **Etnografia Multiespécies**

A etnografia exige do pesquisador uma imersão e interação com o campo de pesquisa e com as práticas que lá acontecem (Clifford, 2011). No entanto, para compreendermos o papel dos animais não humanos em práticas organizativas e no cotidiano organizacional, é necessário pensarmos a etnografia a partir de uma abordagem multiespécies, ou seja, estudarmos os organismos, como, por exemplo, animais não humanos, plantas, fungos, micróbios, entre outros, que se conectam com a vida humana (Kirksey & Helmreich, 2010). É importante destacar que nessa proposição os seres humanos não se tornam os sujeitos centrais nessas análises, pois a centralidade está na conexão, nas tecituras das relações entre esses diferentes modos de existir, que não somente a vida humana.

A etnografia multiespécies compreende que a multidão de vidas não humanas constitui e é constituída por “forças políticas, econômicas e culturais” (Kirksey & Helmreich, 2010, p. 545). Nesse sentido, citamos o trabalho de Anna Tsing, antropóloga estadunidense e uma das propulsoras das etnografias multiespécies, realizando suas pesquisas acerca de um tipo específico de fungo ao redor do mundo a fim de compreender sua relação com o habitat em que ele se encontra, bem como com a cadeia produtiva desse organismo pelo planeta. Em uma das suas pesquisas, Tsing (2012, p. 144) declara que “a interdependência entre as espécies é um fato bem conhecido – exceto em referência aos humanos. O excepcionalíssimo humano nos cega”.

Ao encontro dessa ideia, segundo Lien e Pálsson (2019), a expansão da etnografia ao englobar outras formas de vida além da humana busca evitar a suposição da excepcionalidade humana, algo dominante nas Ciências Sociais desde o século XX. Essa excepcionalidade humana foi construída a partir dos processos coloniais os quais colocaram a Europa Ocidental como referência de desenvolvimento e civilidade social, assim como o homem branco como o sujeito que se coloca como referência de existência humana (Fanon, 2020). Já o “Outro”, nesse tipo de etnografia, foi historicamente construído como sendo o “selvagem”, aquele que precisava ser estudado, escrutinado e analisado para compreender seus modos de vida tão distantes de uma suposta vida moderna da Europa Ocidental (Clifford, 2011). O não branco era considerado, inclusive, como um não humano, pois ele não estaria no mesmo estágio de desenvolvendo civilizatório do homem branco europeu (Clifford, 2011). Também haviam outras existências consideradas como não humanas principalmente aquelas que habitavam a natureza, a exemplo de outros animais,

que não o homem, as plantas, e a natureza como um todo. Esses não humanos sequer eram considerados como integrantes da pesquisa, apareciam, no máximo, como plano de fundo das paisagens pitorescas que os etnógrafos estudavam, ou como objetos que serviam às necessidades e aos desejos humanos.

Quando discutimos que as práticas, conforme debatido por Schatzki (2002), nos possibilita uma importante chave-teórica para as análises organizacionais nas críticas construídas no campo do Antropoceno sobre as relações entre humanas e não humanos, é justamente nesse ponto que podemos avançar, também, do ponto de vista metodológico. Considerar as práticas é considerar campos de possibilidades de conexões e de relações, o que implica destacarmos como as relações entre humanos e outras espécies podem evidenciar outras concepções de organização, sociedade, sujeitos, agência, dentre outros conceitos analíticos importantes para o campo dos Estudos Organizacionais.

Segundo Smart (2014), a perspectiva multiespécies reconhece que as interações entre diferentes atores não humanos não são necessariamente mediadas por atores humanos. O referido autor cita como a endemia de um mosquito pode impactar diversos ecossistemas para além do humano, como, por exemplo, a infecção do gado. Dessa forma, não se trata de desconsiderar o humano, mas promover uma mudança ao também considerar o cultural e social como atributos não humanos, ou seja:

Assumir que o termo “social” é restrito ao domínio humano, falhamos em perceber como as relações entre espécies diferentes são cruciais para a reprodução cultural e social, mas também como essas relações são incorporadas e constituídas por um reino que também inclui presenças inanimadas de diferentes tipos. (Lien & Pálsson, 2019, p. 8).

Portanto, considerar multiespécies dentro de uma metodologia de pesquisa que exige um engajamento direto do pesquisador é um constante “devir com” (Haraway, 2008). Para compreendermos esse conceito de “devir com”, devemos retomar a concepção do devir-animal de Deleuze e Guattari (1997). A partir do devir-animal, os autores propõem uma redefinição da distinção entre animais humanos e não humanos, indo, assim, além de uma concepção antropocêntrica de relações sociais. No entanto, devemos ter em mente que o devir-animal não significa que os seres humanos irão tornar-se animais, nem que os outros animais irão se tornar humanos (Deleuze & Guattari, 1997).

Por sua vez, de forma crítica, Haraway (2008, p. 8) guia sua pesquisa a partir de três questões: “Quem e o que eu toco quando toco em minha cachorra?”, “Como o ‘devir-com’ é uma prática de devir mundano?”. Embora a referida autora compartilhe do pensamento de que é necessário descentralizar a ação humana das relações sociais, ela compreende no texto de Deleuze e Guattari um desprezo pelos animais mundanos, em especial aos animais de companhia. Segundo Haraway (2008, p. 29):

[...] a oposição lobo/cão não é engraçada. Deleuze e Guattari expressam horror diante dos animais individualizados, animais de estimação, animais com sentimentos edipianos, cada um com sua própria história mesquinha que convidam apenas à regressão. Todos os animais dignos são um pacote, todo o resto são ou animais de estimação da burguesia ou animais de “status”, simbolizando uma espécie de mito divino. A matilha [...] é não extensiva, molecular e excepcional, não mesquinha e molar - sublimes matilhas de lobos, em suma. Eu não acho que precise comentar que não vamos aprender nada sobre lobos reais com isso tudo. Eu sei que Deleuze e Guattari começaram a escrever não um tratado biológico, mas sim filosófico, psicanalítico e literário que exige diferentes hábitos de leitura para o sempre não mimético jogo da vida e da narrativa. Mas, nenhuma estratégia de leitura pode silenciar o desprezo pelo caseiro e pelo comum neste livro (Haraway, 2008, p. 29).

A autora defende uma abordagem multiespécies ao pensar em um devir-com-animal, e não necessariamente um devir-animal. De acordo com Wright (2014), o devir-com multiespécies deixa-nos aberto às possibilidades de capacidade de vidas, que podem ser sentidas por nossos corpos e pelos corpos não humanos em nossa volta. Nos EOR, podemos citar algumas recentes pesquisas que partem de uma abordagem multiespécies.

Law e Lien (2013), a partir de um estudo em uma fazenda de salmão, advogam que a relação entre humanos e não humanos são interdependentes, um ajuda a moldar o outro, sendo necessário um olhar para as práticas que constituem essas relações e seus cotidianos. Neste sentido, de acordo com Knight e Sang (2020), a descentralização dos atores humanos pode ajudar a reestruturar estudos sociológicos de organizações e trabalho, compreendendo não humanos como membros organizacionais e não como meras ferramentas.

Assim, os referidos autores exploraram as implicações de cachorros policiais serem reconhecidos como atores organizacionais. Segundo eles, a distinção entre atores humanos e não humanos não é tão distinta, sendo que muitas vezes são atribuídas características e comportamentos humanos aos cães. Por sua vez, Beaujolin, Boudès e Raulet-Crosset (2020), ao analisarem o processo organizativo da caça com cães, demonstraram que a agência animal, a qual é variável de animal para animal, é parcialmente construída com os humanos em determinados cenários organizacionais.

Baran, Rogelberg e Clausen (2016) ao realizarem uma pesquisa em um abatedouro descobriram que o cotidiano de matar animais afetava negativamente o bem-estar e a saúde dos trabalhadores. No entanto, conforme apontam Tallberg e Jordan (2021), essa realidade organizacional difere de outras organizações, como, por exemplo, abrigos de animais. De acordo com os autores, a prática de matar o animal, ou colocá-lo para “dormir”, é imbricada numa forte relação emocional, criando um paradoxo de cuidado-morte. Nesse contexto, seria interessante aprofundarmos nas relações das práticas organizativas com esse paradoxo, bem como a estrutura teleoafetiva desses fazeres e dizeres.

Já no Brasil, podemos citar os trabalhos de Letícia Fantinel, a autora propõe romper com o dualismo entre natureza e cultura, humanos e animais (Fantinel, 2019). Mais recentemente, a autora analisou a cidade a partir do olhar multiespécies, compreendendo que a urbe se constitui nas diferentes relações entre espécies. Ao considerar a cidade como uma organização, ela postula que podemos enxergar os atores não humanos como membros efetivos da sociedade, que configuram os processos organizativos da cidade e seu cotidiano (Fantinel, 2020). Dessa forma, podemos verificar o crescimento de pesquisas que tratam de atores não humanos em contextos organizacionais.

De acordo com DeMello (2021), pesquisadoras e pesquisadores que trabalham com animais não humanos possuem uma visão diferente desses seres. Há diferença para aqueles que trabalham com cães de corridas, por exemplo, daqueles que possuem cães como animais de estimação. Apesar de serem a mesma espécie de não humano, a construção social em torno deles é diferente. Nesse sentido, a etnografia multiespécies pode expandir a compreensão dos diferentes contextos e construções sociais acerca dos não humanos. Para tanto, podemos utilizar técnicas etnográficas que possam descentralizar a existência humana dessa relação com os não humanos considerando o humano como natureza.

Embora a observação seja uma das técnicas mais conhecidas e utilizadas na etnografia, seu uso e aplicação em uma etnografia multiespécies ganha novas camadas de complexidade. Conforme explica Wels (2020), ao fazer uma etnografia multiespécies com leões na África, ele reconhece que a observação participante qual estamos habituados a realizar é constituída de uma visão antropocêntrica, pois o “estar lá” etnográfico (Clifford, 2011) é diferente quando observamos seres não humanos. A observação é feita a partir de nossas práticas linguísticas também, mas, como no caso de Wels (2020), como ele poderia observar os leões sem que ele entendesse o idioma que eles falavam? Para isso, foi necessário que o referido autor seguisse os leões, literalmente, em algumas ocasiões, seus passos. A partir disso, era possível compreender como eles se organizavam, como eles se comportavam e agiam. No entanto, além do poder de observação, para a realização de uma etnografia multiespécies na vida selvagem é necessária preparação física.

Além da observação, que requer que sigamos os não humanos para aonde eles vão, podemos fazer uso de ferramentas audiovisuais, que não é novidade em etnografias. Recursos audiovisuais, como, por exemplo, gravações de sons, vídeos e imagens podem auxiliar não apenas na escrita do diário de campo, mas também servem como dados analíticos dos atores e sujeitos sendo pesquisado. Além disso, pode auxiliar no entendimento dos caminhos que os não humanos percorrem, bem como do pesquisador durante seu tempo em campo. Na etnografia multiespécies também podemos fazer entrevistas com os atores humanos que acompanham ou possuem uma maior relação com os não humanos que queremos compreender. A partir dessas entrevistas, podemos compreender a relação e a construção social entre os diferentes seres.

Em relação à técnica de uso de recursos audiovisuais, é preciso destacar que se historicamente pensamos a construção da realidade como sendo um processo que tem a cosmovisão como um de seus principais elementos de constituição, aqui a cosmopercepção se torna o elemento central no processo metodológico e de análises dos materiais produzidos durante a pesquisa. As discussões sobre cosmopercepção têm seus debates mais avançados e qualificados no campo dos estudos feministas negros. Oyèwùmí (2016) desenvolve esse conceito ao analisar a produção de conhecimento pelos povos lorubás, em África, destacando que se no mundo Ocidental a cosmovisão enfatizava um sentido como central para a produção científica, o ver, a cosmopercepção não somente privilegia diferentes sentidos, como a combinação destes para conhecer e produzir conhecimento sobre o mundo. Nesse sentido, uma importante possibilidade que a etnografia multiespécies coloca para o campo de pesquisa em Estudos Organizacionais é justamente descentralizar não somente o humano, mas, também, a compreensão hegemônica Ocidental sobre as formas de produção de conhecimento.

## Algumas Considerações

O campo do Antropoceno nos Estudos Organizacionais tem possibilitado refletir sobre a centralidade dos seres humanos no entendimento sobre a constituição do mundo, evidenciando novos caminhos para compreender como nós, humanos, somos natureza e não somente nos relacionamos com ela. Porém, destacamos ao longo deste trabalho o quanto ainda é necessário identificar, caracterizar e nomear quem é esse “antropo” do “ceno” nas organizações. Conforme pontuou Erickson (2018), essa noção de centralidade do homem como protagonista e principal interventor no ambiente tem relação direta com os processos coloniais. Se a Europa Ocidental foi (e ainda é) o principal lócus de disseminação de práticas colonialista no mundo desconsiderar uma de suas principais “invenções” para que essa dominação acontecesse, sendo essa a raça, é reproduzir o sistema de poder constituído pela branquitude para o estabelecimento desse regime de exploração do meio ambiente. Ou seja, é preciso discutir como são os sujeitos das práticas consideradas antropocêntricas. Sem isso, esse sujeito oculto continua sem ser nominado e, consequentemente, reconhecido como sujeito destas práticas.

Deste modo, aproximar o campo dos estudos baseados em práticas ao campo teórico do Antropoceno nos parece muito profícuo. Não somente nesse sentido de identificar e nomear quem são os sujeitos das práticas antropocêntricas, mas, também refletir as diferentes formas de conexão que humanos e não humanos estabelecem. Essa nos parece ser a segunda possibilidade de estudos empíricos apresentada nesse estudo, visto que pode se



configurar, de fato, como um recurso também metodológico de deslocamento dos debates centrados nos humanos para as relações tecidas no ambiente. A questão é, então, como operacionalizar, pois do ponto de vista do “como” fazer pesquisa esse processo já que isso implica o reconhecimento de que o mundo, assim como as organizações, é habitado por seres multiespécies.

Essa compreensão multiespécies pode ajudar-nos a compreender diferentes práticas sociais e organizativas, em especial de organizações que lidam diretamente com animais não humanos ou outros tipos de seres vivos. Um devir-com-animal produz e invoca diferentes afetos que permeiam nossos corpos e nossos cotidianos, inclusive os organizacionais. Concordamos, então, com a sugestão de Arluke e Sanders (1996) da necessidade de compreender o que acontece em, por exemplo, abrigos de animais, laboratórios de pesquisa e escolas de treinamentos caninos, para que seja possível evidenciar as diferentes relações existentes entre os humanos e não humanos.

Além disso, ao expandirmos esse olhar para dentro dessas organizações, podemos compreender as práticas que fazem essas organizações acontecerem, conforme as postulações propostas por Schatzki (2006). Assim, conforme as pesquisas citadas anteriormente, podemos compreender que os animais humanos e não humanos possuem mais em comum do que imaginávamos. Nesse sentido, exemplifica Haraway (2016a, p. 222):

Cayenne [sua cachorra] e eu, [...] estamos ligados num devir-com uma e outra: é claro que uma de nós tem um microchip injetado sob o pescoço para identificação, enquanto a outra tem uma carteira de motorista da Califórnia com foto. Estamos sujeitos a mecanismos de identificação regulatória do estado e aparatos de identificação biopolítica e vigilância. [...] Então, estamos trabalhando desde o início dentro do discurso biológico/biopolítico de canídeo/hominídeo, animal de estimação/professora, cadela/mulher, animal/humano, atleta/treinador: as questões dessas múltiplas configurações de quem e o que somos em um *foucaultiano* sentido dos discursos, produção do discurso. A ferocidade semiótica material disso. (Haraway, 2016a, p. 222).

Com isso em mente, podemos começar a repensar nossas maneiras de ser e nossas diferentes práticas sociais para além do Antropoceno. Ao incorporar esse debate para as práticas sociais, é possível repensarmos a maneira que nos organizamos. Haraway (2016b), nesse contexto, exemplifica que os pombos domésticos estão em um constante devir-com os humanos por milhares de anos. Para a autora, os pombos são delegados e atores sociais que tornam sua espécie e os animais humanos capazes de interações sociais, ecológicas, comportamentais e de práticas cognitivas. Os pombos, por exemplo, são amados e odiados, alimentados em parques, trabalhando como correios, tratados como pestes, sujeitos de resgate, alimentos, detentores de direitos, entre outros (Haraway, 2016b).

Dessa forma, ao realizarmos etnografias multiespécies nas organizações, sejam aquelas que lidam diretamente com os animais ou não, podemos adentrar em um campo pouco discutido pela Administração, em especial os EOR brasileiros. Assim, ao abandonarmos uma visão antropocêntrica das organizações e levarmos essas discussões para as práticas, pode ser possível destacar como as práticas organizativas devem também ser pensadas a partir da coexistência entre seres humanos e não humanos, sejam estes animais, como colocado em reflexão nesse estudo, ou mesmo por outras existências, a exemplo de vírus e bactérias, algo que o atual contexto pandêmico tem colocado como desafio.

Esse deslocamento ontológico reflete em nossa posição epistemológica, ou seja, nossa maneira de enxergar o mundo para além da dualidade entre humanidade e natureza também muda nossa forma de realizar pesquisas e de obtenção de conhecimento. Nossa (o)posição crítica, e sobretudo, política ao Antropoceno, não apenas descentraliza o homem do debate, ela coloca todos aqueles seres humanos que não são homens para a discussão, além dos seres não humanos. Esse diálogo entre o Antropoceno e as organizações, que propomos fazer por meio das práticas organizativas, permite pensarmos que as organizações “acontecem” para além do humano, pois outros organismos também se organizam e possuem um lugar nos processos organizativos. Talvez, a partir dessa discussão e ao romper com o dualismo inerente ao Antropoceno, seja possível considerarmos que não fazemos parte da natureza, nós somos a natureza, assim como as organizações precisam se deslocar nesse sentido. As organizações não são parte, são natureza.

Por fim, também se faz necessário a realização de uma autocrítica destes estudos em relação à essa proposta de rompimento da dualidade natureza e cultura. De acordo com DeMello (2021), caracterizamos tudo aquilo que não é humano como animal, demonstrado que nós possuímos uma limitação de compreensão e entendimento daquilo que vai além do humano, assim o dualismo entre natureza e humanidade é um movimento secular que instauramos entre nós, humanos, e outros seres vivos desde, por exemplo, práticas linguísticas. Nesse sentido, reconhecemos que ao categorizar animais não humanos, por exemplo, como animais de estimação ou como alimentos, o fazemos a partir de nossas próprias características linguísticas.

Será que, nesse sentido, é possível romper com a dicotomia humano/natureza sem que caiamos em categorias (re) criadas por nós? Se a Antropologia, assim como outros campos de estudo, também é considerada antropocêntrica por, muitas vezes, deixarem os não humanos em segundo plano ou completamente ignorados (DeMello, 2021), o que podemos dizer no campo da Administração, em especial os Estudos Organizacionais brasileiros?

Considerando que vivemos em um contexto no qual a colonialidade é um pressuposto estrutural de nossa organização, isso também pode se refletir nas próprias produções científicas que se colocam no lugar de críticas. Se considerarmos, por exemplo, discussões de populações autóctones, centralizaremos esse debate ao contexto

brasileiro por ser local onde a autoria deste texto reside, é possível identificar elementos das discussões colocadas por pesquisadoras e pesquisadores do campo do Antropoceno nos debates colocados pelas populações indígenas há muito tempo no Brasil. Trazer autores indígenas, a exemplo de Ailton Krenak para essa discussão, pode ajudar-nos a compreender de forma mais complexa as nuances históricas, sociais e culturais de nossas relações com os não humanos, especialmente a partir de uma perspectiva nacional.

Ailton Krenak (2020), escritor, filósofo e líder indígena, questiona o que é ser humano, especialmente em tempos de pandemia em que o próprio isolamento social que fazemos morando em cidades nos isola além das nossas conexões humanas, mas também de nossas conexões com a natureza. O autor nos convida a pensar, a partir da pandemia e dos períodos de isolamentos que fomos obrigados a fazer por conta de um vírus, de como sempre tentamos nos separar da natureza, para, no final, ela ser a grande separadora total, entre a vida e a morte. De acordo com Krenak (2019, p. 34), “excluimos da vida, localmente, as formas de organização que não estão integradas ao mundo da mercadoria, pondo em risco todas as outras formas de viver [...]”.

Aceitando o convite de reflexão feita por Krenak, os Estudos Organizacionais, em específico, os baseados em práticas, podem ajudar a compreender como que o “acontecimento” de um vírus mudou e (re)criou nossas práticas sociais, cotidianas, organizativas e como ele instaurou novas práticas culturais e políticas mundo a fora. A separação entre humanidade e natureza têm se demonstrado cada vez mais complexa, se por hora nós constantemente invadimos a natureza, arrasando-a para nossos próprios ganhos materiais, em contrapartida ela também responde e nos obriga a repensar nosso estilo de vida e nossos fazeres e dizeres diários. Deste modo, para futuras pesquisas, também fica o desafio do reconhecimento das contribuições das populações não brancas e não residentes no eixo Estados Unidos-Europa Ocidental para as discussões sobre práticas, organizações e natureza.

### Notas de texto

<sup>1</sup> Sugerimos as edições especiais dos periódicos *Organization* 23(3), 2016. *Culture and Organization*, 24(4), 2018.

<sup>2</sup> Para mais informações acerca das novas propostas de conceitos além do Antropoceno, sugerimos a seguinte leitura: Moore, J. W. (2016). *Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism*. Oakland: PM Press.

### Referências

- Arluke, A., & Sanders, C. R. (1996). *Regarding Animals*. Temple University Press.
- Baran, B., Rogelberg, S., & Clausen, T. (2016). Routinized killing of animals: Going beyond dirty work and prestige to understand the well-being of slaughterhouse workers. *Organization*, 23(3), 351-369.
- Beaujolin, R., Boudès, T., & Raulet-Croset, N. (2020). Interrelated agencies in an animal-centred organisation: The case of hunting with hounds. *Culture and Organization*, 27(3), 191-208.
- Bispo, M. S. (2015). Methodological Reflections on Practice-Based Research in Organization Studies. *Brazilian Administration Review*, 12(3), 309-323.
- Clifford, J. (2011). *A experiência etnográfica: Antropologia e literatura no século XX* (4a ed.). Editora UFRJ.
- Crist, E. (2013). On the Poverty of Our Nomenclature. *Environmental Humanities*, 3(1), 129-147.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1997). *Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia* (Vol.4). Editora 34.
- DeMello, M. (2021). *Animals and Society: An Introduction to Human-Animal Studies*. Columbia University Press.
- Erickson, B. (2020). Anthropocene futures: Linking colonialism and environmentalism in an age of crisis. *Environment and Planning D: Society and Space*, 38(1), 111-128.
- Fanon, F. (2020). *Alienação e Liberdade: Escritos Psiquiátricos*. UBU Editora.
- Fantinel, L. (2019). *A epistemologia multiespécie nas relações entre organização e natureza: Notas para discussão das fronteiras entre humanidade e animalidades*. [Apresentação de Trabalho]. 6º Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais. Universidade Federal do Pernambuco, Recife, Pernambuco. <https://www.even3.com.br/anais/vicbeo/169673-a-epistemologia-multiespecie-nas-relacoes-entre-organizacao-e-natureza--notas-para-discussao-das-fronteiras-entre/>

- Fantinel, L. (2020). O organizar multiespécie da cidade. In L. A. S. Saraiva, & A. S. R. Ipiranga (Eds.), *História, práticas sociais e gestão das/nas cidades* (pp. 297-344). Editora Barlavento.
- Feldman, M. S., & Orlikowski, W. J. (2011). Theorizing practice and practicing theory. *Organization Science*, 22(5), 1240-1253.
- Figueiredo, M. D., Marquesan, F. F. & Imas, J. M. (2020). Anthropocene and “Development”: Intertwined Trajectories Since the Beginning of The Great Acceleration. *Revista de Administração Contemporânea*, 24(5), 400-413.
- Haraway, D. (2007). *When species meet*. University of Minnesota Press.
- Haraway, D. (2016a). ‘Companions in conversation’(with Cary Wolfe). *Manifestly Haraway* (pp. 199-299). University of Minnesota Press.
- Haraway, D. (2016b). *Staying with the Trouble: Making Kin in the Chthulucene*. Duke University Press.
- Júlio, A. C. (2016). Produzindo o Desfile de uma Escola de Samba: Contribuições da Epistemologia de Schatzki. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 5(3), 145-161.
- Kirksey, S. E. (2020). The Emergence of COVID-19: A Multispecies Story. *Anthropology Now*, 12(1), 11-16.
- Kirksey, S. E., & Helmreich, S. (2010). The emergence of multispecies ethnography. *Cultural Anthropology*, 25(4), 545-576.
- Knight, C., & Sang, K. (2020). ‘At home, he’s a pet, at work he’s a colleague and my right arm’: police dogs and the emerging posthumanist agenda. *Culture and Organization*, 26(5-6), 355-371.
- Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras.
- Krenak, A. (2021). *O amanhã não está à venda*. Companhia das Letras.
- Law, J., & Lien, M. (2013). Animal architectures. In P. Harvey, E. Casella, G. Evans, H. Knox, C. McLean, C. Silva, N. Thoburn, & K. Woodward. (Eds.), *Objects and Materials: A Routledge Companion* (pp. 329-337). Routledge.
- Lien, M. E., & Pálsson, G. (2019). Ethnography Beyond the Human: The ‘Other-than-Human’ in Ethnographic Work. *Ethnos*, 86(1), 1-20.
- Moore, J. W. (2016). The Rise of Cheap Nature. In J. W. Moore, (Ed). *Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism*. (pp. 78-115). PM Press.
- O’Doherty, D. P. (2016). Feline politics in organization: The nine lives of Olly the cat. *Organization*, 23(3), 407-433.
- Oliveira, J. S., Ramos, T. G., Bernardo, G., & Rezende, L. (2016). Práticas Organizativas Memórias: Um Estudo Sobre uma Organização Artesanal na Cidade de Goiás-GO. *Teoria e Prática em Administração*, 6(1), 16-40.
- Ortner, S. B. (2006). *Anthropology and Social Theory*. Duke University Press.
- Oyěwùmí, O (2002) Visualizing the Body: Western Theories and African Subjects. In P. H. Coetzee, & A. P. J. Roux (Eds). *The African Philosophy Reader* (pp. 391-415). Routledge.
- Passos, J. S. L., & Bulgacov, Y. L. M. (2019). Da Filosofia para os Estudos Organizacionais: O Percurso Ontológico de Schatzki na Teoria da Prática Social. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 13(1), 1-15.
- Reckwitz, A. (2002). Toward a Theory of Social Practices: A Development in Culturalist Theorizing. *European Journal of Social Theory*, 5(2), 243-263.
- Santos, L. L. S., & Silveira, R. A. (2015). Por uma epistemologia das práticas organizacionais: A contribuição de Theodore Schatzki. *Organizações & Sociedade*, 22(72), 79-98.

- Sayers, J., Hamilton, L., & Sang, K. (2019). Organizing animals: Species, gender and power at work. *Gender, Work and Organization*, 26(3), 239-245.
- Schatzki, T. (1996). *Social practice: A Wittgensteinian Approach to Human Activity and The Social*. Cambridge University Press.
- Schatzki, T. (2002). *The Site of The Social: A Philosophical Account of The Constitution of Social Life and Change*. Pennsylvania State University Press.
- Schatzki, T. (2006). On Organizations as They Happen. *Organization Studies*, 27(12), 1863-1873.
- Schatzki, T. (2016). Practice Theory as Flat Ontology. In G. Spaargaren, D. Weenik, & M. Lamers, (Eds.), *Practice Theory and Research: Exploring the Dynamics of Social Life* (pp. 28-42). Routledge.
- Schatzki, T. (2019). *Social change in a material world*. Routledge.
- Simpson, M. (2020). The Anthropocene as colonial discourse. *Environment and Planning D: Society and Space*, 38(1), 5371.
- Smart, A. (2014). Critical perspectives on multispecies ethnography. *Critique of Anthropology*, 34(1), 3-7.
- Tallberg, L., & Jordan, P. J. (2021). Killing Them 'Softly' (!): Exploring Work Experiences in Care-Based Animal Dirty Work. *Work, Employment and Society*, 36(5), 858-874 <https://doi.org/10.1177/09500170211008715>.
- Tsing, A. (2012). Unruly Edges: Mushrooms as Companion Species: For Donna Haraway. *Environmental Humanities*, 1(1), 141-154.
- Tsing, A. (2019). 'Uma ameaça para a ressurgência holocênica é uma ameaça à habitabilidade'. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno* (Cap. 9, pp. 225-239). IEB – Mil Folhas.
- Tureta, C., & Alcadipani, R. (2009). O objeto objeto na análise organizacional: A teoria ator-rede como método de análise da participação dos não-humanos no processo organizativo. *Cadernos EBAPE.BR*, 7(1), 50-70.
- Wels, H. (2020). Multi-species ethnography: Methodological training in the field in South Africa. *Journal of Organizational Ethnography*, 9(3), 343-363.
- Wright, C., Nyberg, D., Rickards, L., & Freund, J. (2018). Organizing in the Anthropocene. *Organization*, 25(4), 455-471.
- Wright, K. (2014). Becoming-with. *Environmental Humanities*, 5(1), 277-281.

**Como citar:**

Costa, V., Jr., & Oliveira, J. S. de. (2023). Organizações no Antropoceno: Um Diálogo entre as Práticas Organizativas e a Etnografia Multiespécies. *Revista Ciências Administrativas*, 29, 1-15. <http://doi.org/10.5020/2318-0722.2023.29.e13681>

---

**Endereço para correspondência:**

Valdir Costa Junior  
E-mail: valdircj01@gmail.com

Josiane Silva de Oliveira  
E-mail: josiane.uem@gmail.com



**Submetido em:** 11/04/2022  
**Revisado em:** 15/08/2023  
**Aprovado em:** 12/09/2023